



-----SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA DE VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

-----ATA NÚMERO NOVE DE DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

-----Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, e em cumprimento de convocatória emanada nos termos do disposto na alínea b), no n.º 1, do artigo 12º do seu Regimento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Moura, no Salão Nobre dos Paços do Concelho em Moura, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Senhor José Domingos Negreiros Velez, coadjuvado pelo Senhor Carlos António Couraça Calhau e pela Senhora Marisa Isabel Rodrigues Moita Ferreira, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária em exercício. -----

-----Assinaram a "Lista de Presenças" (DOC.01/09), para além dos mencionados, os seguintes membros: -----

-----António José dos Santos Gomes; Maria Helena Gomes da Costa Pais; José Francisco Lúcio Galego; João Augusto Espadeiro Ramos; Rui Pedro de Jesus Rodrigues; Maria de Fátima Agulhas Calero Caro; Dulce Isabel Filipe Batista; Ana Maria Charrama Farinho; Maria do Carmo Cerejo Gonçalves Sampaio; José Maria Prazeres Pós-de-Mina; Nuno Miguel Sousa Franco; Maria José Fialho Silva; Carlos Octávio Lúcio do Carmo; Maria Fialho Godinho Borralho Cabrita; José António Linhas Roxas de Oliveira; João António Ramos Diniz; José Prata Batista; Alfredo Manuel Frasquilho Guerra - Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja; António Limpo Montezo - Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de São Miguel; Francisco Manuel Canudo Sena - Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador e Francisco José Gualdino de Almeida Candeias – Presidente da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração. -----

-----A Câmara Municipal de Moura esteve representada pelo Senhor Presidente, Álvaro José Pato Azedo e pelos senhores vereadores André Albino Linhas Roxas; José Francisco Calado Banha; Cidália Isabel Floreano Figueira e Lurdes da Conceição Pé Curto Balola. -----

Ata N.º 09 – Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

[Handwritten signature]

-----Nos termos dos artigos 27º e 28º, do Regimento da Assembleia Municipal, pediu substituição, por um dia, que foi apreciada e aceite pelo Presidente da Assembleia Municipal, o seguinte membro:-----

-----Gabriel Gustavo Boto Ramos, tendo sido substituído pela Senhora Maria de Fátima Agulhas Calero Caro.-----

-----Faltou à segunda reunião da sessão ordinária, o membro da Assembleia Municipal, André Claro Amaral Ventura, da bancada do CH-Chega.-----

-----Faltou à segunda reunião da sessão ordinária, o senhor Bruno Miguel Valente Monteiro - Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça.-----

-----Às vinte e uma horas constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

-----Às vinte e uma horas constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a segunda reunião da sessão ordinária de abril.-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----O Senhor Presidente informou que iriam passar ao ponto seis da ordem do dia.-----

-----6. Guerra da Ucrânia - Análise de Situação e da Carta da Embaixada da Federação da Rússia. (DOC.02/09)-----

-----No uso da palavra e no tocante ao ponto que iria ser discutido, o Senhor Presidente, referiu ter sido responsabilidade sua a inclusão do referido ponto na Ordem do Dia. Nesse âmbito pretendia destacar duas questões sobre o tema, em que a primeira questão prendia-se com a carta remetida pela embaixada da Federação Russa, na sequência da moção aprovada por unanimidade na anterior Sessão da Assembleia Municipal, ainda no total desconhecimento da guerra que acabou por deflagrar naquela região, nem do desenvolvimento da referida barbárie, manifestando a sua perplexidade face ao contexto da referida carta uma vez que era um atentado à inteligência de quem conhecesse a realidade da situação. Relativamente à segunda



questão, a mesma dizia respeito aos refugiados da Ucrânia que se encontravam no concelho e nesse sentido, solicitava ao Senhor Presidente da Câmara que explicitasse as condições promovidas pela autarquia para acolher as pessoas em causa, no Concelho de Moura, e em que condições emocionais e psicológicas se encontravam, uma vez que se tratava sobretudo de mulheres e crianças. De seguida informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----O Senhor presidente da Câmara iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. No tocante ao acolhimento dos refugiados da Ucrânia, disse que a postura da autarquia face ao tema era, desde o início, discreta e serena considerando a delicadeza da questão. Desde o início e em articulação com o Governo, foi efetuada uma avaliação para se perceber quantas famílias o município poderia receber, tendo sido criadas equipas dentro do município para esse efeito com o objetivo de criar condições para acolher e acompanhar as famílias, mediante as necessidades familiares das trinta pessoas, acrescentando que a Câmara Municipal contava o apoio e articulação das entidades do concelho, nomeadamente, Centro de Saúde de Moura, Segurança Social, IEFP- Instituto de Emprego e Formação Profissional. Por último e antes de passar a palavra à vereadora Lurdes Balola, que era quem tinha liderado todo o processo em causa com a equipa da DEHDS (Divisão de Educação, Habitação e Desenvolvimento Social, frisou que Moura deveria ser uma terra de novas oportunidades para aquelas famílias. -----

-----No uso da palavra a vereadora Lurdes Balola, explicitou que no que referia ao acolhimento do grupo de ucranianos, inicialmente o município tinha alojado cerca de trinta pessoas, composto por adultos, jovens, crianças e alguns bebés. Posteriormente, tinha sido solicitado por parte das famílias acolhidas que se integrassem mais cinco familiares ao grupo. Continuando, acrescentou que tinha sido criado um conjunto de medidas para que as famílias fossem acolhidas, nomeadamente nas freguesias, foi realizado um trabalho de sensibilização junto da comunidade com o intuito de encontrar casas para arrendamento, situação prevista pelo governo na medida de apoio aos refugiados da Ucrânia, e nesse sentido serviu o apoio dos técnicos designados para o acompanhamento das famílias no sentido de apoiarem a integração na comunidade. A nível da saúde, foi efetuada a articulação com o Centro de Saúde, uma vez que se



tratava de um grupo de pessoas em debilidade física e emocional. Continuando e ainda com o objetivo da integração estava a ser promovido um curso de português pelo IEFP para que ao nível escolar e de empregabilidade estarem mais familiarizados com a língua portuguesa. Ao nível de mercado de trabalho havia da parte da comunidade alguns contactos com a autarquia no sentido de ofertar locais e situações de trabalho onde o grupo de pessoas pudessem de alguma forma encontrar renumeração conseguindo assim serem autónomas. Para finalizar indicou que já tinham sido acionadas as medidas necessárias, esperando assim que a sua integração pudesse, progressivamente, vir a ser alcançada.

-----Em nome da bancada do PS - Partido Socialista, a eleita Maria Fialho Cabrita, apresentou a seguinte Tomada de Posição, a qual passou a citar: (DOC.03/09) -----

-----**“Guerra na Ucrânia**-----
-----**Tomada de Posição face à situação real e à declaração da Embaixada da Federação Russa**-----

-----A Assembleia Municipal de Moura condenou inequívoca e unanimemente a invasão da Federação Russa à Ucrânia, tendo dado conhecimento da sua tomada de posição às respetivas embaixadas.-----

-----Posteriormente recebemos uma declaração da embaixada da Rússia, tentando justificar a invasão e a conseqüente guerra que infelizmente se trava em território ucraniano.-----

-----Da análise da situação, não subsistem dúvidas de que se trata de um conflito iniciado pela Rússia, onde há um invadido e um invasor, um agredido e um agressor, ao arrepio de toda a jurisdição e direito internacional. -----

-----Esta invasão foi condenada pela grande maioria da comunidade internacional, inclusivamente em sede da Organização das Nações Unidas. -----

-----Assistimos a uma guerra de larga escala, a uma barbárie que todos pensávamos impossível na Europa do Século XXI.-----

-----Face aos acontecimentos dramáticos e catastróficos visíveis e documentados, aos irrefutáveis testemunhos físicos e humanos, à destruição incompreensível e arrasadora de cidades, vilas e aldeias e à inexplicável morte de dezenas de milhares de pessoas, na maioria civis (entre os quais centenas de crianças), não há justificação



plausível nem explicações racionais que possam ser aceites. A tudo isto acresce a suspeita de crimes de guerra; o assassinio indiscriminado de militares e civis; as evidências perturbadoras de tortura; a impossibilidade de ajuda e socorro a populações sitiadas, sem água, sem luz, sem medicamentos, sem alimentos, sobrevivendo e morrendo no “submundo subterrâneo” das localidades que já foram o seu lar.-----

-----Face ao exposto, da declaração recebida da embaixada da Rússia, é legítimo afirmarmos que nada torna mais aceitável esta invasão e esta guerra, ilegais face ao direito internacional e duma desumanidade inarrável num mundo civilizado, por mais que se tentem arranjar justificações de geopolítica internacional e de segurança (?), ou equilíbrios e interesses estratégicos a todos os níveis. Nada justifica o que se está a passar e por isso mesmo a declaração da embaixada da Rússia faz pouco ou nenhum sentido. -----

-----Assim sendo, a Assembleia Municipal de Moura, reunida em sessão ordinária, em 27 de Abril de 2022, delibera:-----

- - Reiterar a condenação à invasão da Ucrânia pela Federação Russa; -----*
- - Informar a embaixada da Federação Russa em Portugal que apesar da declaração enviada, continuamos a achar injustificável e ilegal a referida invasão em questão; -----*
- - Apelar ao humanismo e ao respeito pelos direitos humanos às partes envolvidas;-----*
- - Apelar igualmente para um esforço conjunto e sério de todos em procura da paz.-----*

*-----Os eleitos pelo Partido Socialista à A. M. de Moura-----
-----27 de Abril de 2022”.-----*

-----Novamente no uso da palavra e no tocante ao último parágrafo da declaração enviada pela Federação Russa, no qual eram referenciadas queixas da comunidade russa por discriminação, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocava à consideração, independentemente do que estava a acontecer ou daquilo que a Rússia fez à Ucrânia, que os cidadãos russos residentes em Portugal, sobretudo as crianças, não fossem penalizados, devendo a Assembleia Municipal tomar uma posição de acordo com os princípios que deviam regir.-----



-----O Senhor Presidente interrompeu a sessão para um intervalo de cinco minutos. -----

-----Após a interrupção dos trabalhos, o Senhor Presidente deu seguimento à sessão. -----

-----A eleita Helena Pais, usou da palavra para comunicar que a bancada da CDU manifestou a sua tomada de posição quanto à questão da guerra, condenação do invasor, na última Sessão da Assembleia Municipal, acrescentando que visto já terem tomado uma posição entendiam que a moção não fazia qualquer sentido por entenderem que não deveriam dar palco ao evidente agressor, pelo que a CDU se iria abster na votação do documento em apreciação. -----

-----Verificando não haver mais inscrições, o Senhor Presidente informou que passariam à votação. -----

-----Deliberado, por **maioria**, com dezassete votos a favor e sete abstenções, **aprovar** a Tomada de Posição Face à Situação Real e à Declaração da Embaixada da Federação Russa, apresentada pelos membros do Partido Socialista. -----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto sete da ordem do dia. -----

-----7. Proposta de Recomendação para Reparação do Saneamento Básico. (DOC.04/09)-----

-----No uso da palavra o Senhor Presidente, informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----No tocante aos pontos sete, oito e nove da Ordem do Dia e caso a Assembleia Municipal entendesse, o senhor Presidente da Assembleia sugeriu que em vez de serem moções, os mesmos fossem discutidos como recomendações. -----

-----No âmbito dos pontos propostos pelo Partido Chega, o eleito José Batista comunicou que as propostas apresentadas eram três ideias porque as mesmas redigidas de uma maneira poderiam ser consideradas propostas, redigidas de outra forma poderiam ser consideradas recomendações ou moções. Continuando, referiu que todas as ideias apresentadas deveriam ser escutadas, independentemente da sua classificação o que poderia ser péssimo para uns e excelente para outros, contudo e



por se tratar de ideias para melhoramento e desenvolvimento de todo o concelho, o Partido Chega proponha que as mesmas fossem votadas e se soubesse quem cumpria aquilo para que tinha sido designado, lembrando que todos os eleitos estavam ali para que conjuntamente lutassem por um concelho melhor. Indicou não serem ideias inovadoras, porque bastava olhar-se para os concelhos ao redor de Alqueva para saber que o Concelho de Moura era o único que ainda não estava a tirar proveito das potencialidades que detinha quer habitacional, comercial e turisticamente. Continuando, realçou que o Concelho de Moura era, indiscutivelmente, o local mais bonito para se poder explorar, pois era um diamante por lapidar, e não se poderia adiar mais aquilo que se deveria já realizar, tirando ainda mais proveito financeiro de exploração do parque de campismo, uma vez que era inexistente no interior alentejano. Para finalizar, indicou que esperavam futuramente orgulhar-se das obras realizadas, deixando-as aos descendentes, evitando que estes abandonassem as suas raízes, tal como vinha acontecendo nos últimos anos.-----

-----Relativamente às recomendações, o eleito António Gomes transmitiu serem matérias que *à priori* mereciam a concordância de todos, embora fossem da competência do executivo e não da Assembleia Municipal, contudo e tal como o eleito José Batista denominou, eram ideias que já se encontravam explanadas no plano de atividades elaborado pela autarquia, plano esse que já tinha sido discutido e votado em sede de Assembleia. Sendo que a matéria explanada nas recomendações propostas pelo Partido Chega eram da competência do executivo da autarquia, terminou indicando que apesar da sua concordância, a posição do Partido Socialista seria de abstenção nos três pontos da Ordem do Dia. -----

-----O eleito Rui Rodrigues, solicitou a palavra para discordar do eleito António Gomes ao referir que a matéria era exclusiva do executivo camarário, quando na verdade não o era porque uma recomendação poderia ser somente da competência da Assembleia Municipal.-----

-----Indo de encontro à intervenção do eleito Rui Rodrigues, o eleito António Gomes disse que as recomendações faziam parte da Assembleia e dado que era assunto de interesse municipal e especificamente sobre a Aldeia da Estrela, que era uma das aldeias mais bonita do Concelho de Moura, nunca se poderia opor que o



assunto não se abortasse, contudo tornou a frisar que aquilo que era da competência da autarquia, entidade competente para definir qual a melhor altura de executar as atividades, era o conteúdo da recomendação. Seguidamente e uma vez que as recomendações já faziam parte do plano de atividades da Câmara Municipal e estava empenhada em avançar vários projetos na Aldeia da Estrela, transmitiu que do ponto de vista do Partido Socialista, o seu sentido de voto era absterem-se, embora concordassem com as pretensões da Aldeia da Estrela que estavam substanciadas nas recomendações apresentadas pelo Partido Chega.-----

-----Verificando não haver mais inscrições, o Senhor Presidente informou que passariam à votação.-----

-----Deliberado, por **maioria**, com oito votos a favor e dezasseis abstenções, **aprovar a proposta de Recomendação para Reparação do Saneamento Básico no Concelho de Moura**, apresentada pelos membros do Partido CH – Chega. -----

-----Em nome da bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária, a eleita Ana Farinho, apresentou a seguinte declaração de voto, a qual passou a citar: **(DOC.05/09)**

-----**“DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

-----**SOBE A PROPOSTA DE MOÇÃO PARA REPARAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO**-----

-----*A CDU tem como premissa da sua atuação política o garante do prestígio e da eficácia dos órgãos autárquicos e da responsabilização dos mandatos conferidos pelo sufrágio das populações.*-----

-----*Nesse sentido em toda a sua atuação assume como principal objetivo a resolução dos problemas do concelho de Moura e a melhoria das condições de vida da sua população.*-----

-----*Os eleitos da CDU apresentam propostas sustentadas na auscultação das diferentes entidades e população do concelho, fazendo questão que as mesmas possam ter consequência prática e que prestigiem a atuação de todos os órgãos autárquicos.*-----

-----*É por isso, conhecida a posição da CDU sobre o abastecimento de água e gestão de resíduos, onde, com capacidade de intervenção, foi capaz de projetar/construir e reabilitar as redes e infraestruturas do concelho e participar*



ativamente na modernização e sistematização dos sistemas multimunicipais como +e exemplo o papel relevante de Moura na criação da AgDA. -----

-----Não obstante este trabalho, já só com capacidade de intervenção, foi capaz de apresentar propostas que contribuíssem para a melhoria e otimização destas infraestruturas e da sua gestão, apresentando na discussão dos sucessivos orçamentos e plano, desde 2017 a melhoria do sector de abastecimento de água e gestão de resíduos como um dos vetores essenciais para a aprovação desses orçamentos. -----

-----Reconhecendo os problemas existentes nesta área os eleitos da CDU relevam que os mesmos continuam sem resolução desde 2017 e que se têm agravado, conduzindo a uma situação de degradação cada vez mais evidente. -----

-----Dessa forma, continuaremos a concentrar os nossos esforços na apresentação de uma política alternativa que seja competente e eficaz, não podendo acompanhar iniciativas vãs que aproveitam o problema para suscitar chavões na comunidade desprezando a resolução do problema. -----

-----O nosso compromisso é com as populações, apoiaremos aquilo que servir ao concelho de Moura e nunca instrumentalizaremos os nossos concidadãos para atingir objetivos políticos. -----

-----É cada vez mais evidente que existe uma alternativa e que essa alternativa é a CDU.-- -----

-----Perante a proposta em apreciação e assumindo que é fundamental o reforço das verbas a CDU entende que a intervenção no setor deve ir muito mais além do que isso, pelo que não pode votar favoravelmente uma proposta que não caracteriza adequadamente a situação, nem apresenta uma visão integrada para a gestão das águas, pelo que o seu voto é de abstenção. -----

-----Moura, 28 de abril de 2022-----

-----Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Moura”. -----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto oito da ordem do dia.-

-----**8. Proposta de Recomendação para Alteração do Plano de Pormenor da Aldeia da Estrela.(DOC.06/09)**-----



-----No uso da palavra o Senhor Presidente, informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----Verificando não haver inscrições, o Senhor Presidente informou que passariam à votação. -----

-----Deliberado, por **maioria**, com oito votos a favor, sete votos contra e nove abstenções, **aprovar** a proposta de Recomendação para Alteração do Plano de Pormenor da Aldeia da Estrela, apresentada pelos membros do Partido CH – Chega. --

-----Em nome da bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária, a eleita Maria José Silva, apresentou a seguinte declaração de voto, a qual passou a citar: **(DOC.07/09)**-----

-----**“DECLARAÇÃO DE VOTO**-----
-----**SOBRE A PROPOSTA DE MOÇÃO PARA ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ALDEIA DA ESTRELA**-----

-----*Perante a proposta apresentada relativa à alteração do Plano de Pormenor da Aldeia da Estrela, avançando já com algumas propostas específicas, a CDU entende reafirmar o seguinte:*-----

-----1. *Consideramos indispensável modificar a gestão urbanística na Aldeia da Estrela, uma vez que o Plano de Pormenor não corresponde na atualidade àquilo que são as necessidades e perspetivas da Aldeia.*-----

-----2. *Para a CDU a solução desta questão passa por três possibilidades.*-----

-----a. *Alteração do Plano de Pormenor, mantendo-se este como o instrumento de gestão territorial mais adequado, que parece ser a ideia defendida nesta proposta;*-----

-----b. *Revogar o Plano de Pormenor e assumir a elaboração de um Plano de Urbanização, cujas características enquanto instrumento de gestão territorial permitem uma maior flexibilidade na gestão urbanística e não coloca em causa a definição da localização dos equipamentos que se considerem adequados para a Aldeia;*-----

-----c. *Revogar o Plano de Pormenor não sendo substituída por qualquer outro instrumento de gestão territorial específico, mas aproveitando o atual processo de revisão do Plano Diretor Municipal para a consideração de normas regulamentares*



específicas para a Aldeia da Estrela e para a consideração em termos de zonamento dos equipamentos. -----

-----3. No atual momento a CDU não tem nenhuma posição fechada sobre este assunto, pelo que não pode acompanhar uma proposta que afunila as decisões, votando por isso contra. -----

-----4. Recomenda que a Câmara Municipal de Moura promova desde já a elaboração do REOT- Relatório do Estado do Ordenamento do Território relativo ao Plano de Pormenor da Aldeia da Estrela, conforme previsto no artigo 189º do Decreto-Lei 80/2015 na sua versão atual. -----

-----Moura, 28 de abril de 2022-----

-----P'los eleitos pela CDU na Assembleia Municipal de Moura". -----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto nove da ordem do dia. -----

-----9. **Proposta de Recomendação para que se dê Início aos Projetos da Aldeia da Estrela. (DOC.08/09)** -----

-----No uso da palavra o Senhor Presidente, informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----Verificando não haver inscrições, o Senhor Presidente informou que passariam à votação. -----

-----Deliberado, por **maioria**, com oito votos a favor, sete votos contra e nove abstenções, **aprovar** a proposta de Recomendação para que se dê Início aos Projetos da Aldeia da Estrela, apresentada pelos membros do Partido CH – Chega.-----

-----Em nome da bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária, a eleita Ana Farinho, apresentou a seguinte declaração de voto, a qual passou a citar: **(DOC.09/09)**

-----**"DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

-----**SOBRE A PROPOSTA DE MOÇÃO PARA QUE SE DÊ INÍCIO AOS PROJETOS DA ALDEIA DA ESTRELA**-----

-----Relativamente à proposta apresentada e encontrando-se a mesma indissociável da posição da CDU quanto ao anterior ponto da ordem de trabalhos – sobre a alteração do Plano de Pormenor da Aldeia da Estrela – não pode, de igual



forma, a CDU acompanhar esta moção (votando contra), tendo em conta que considera existirem outras alternativas que devem ser discutidas o que pressupõe, desde logo, um debate mais aprofundado sobre esta matéria.-----

-----Moura, 28 de abril de 2022-----

-----Os eleitos pela CDU na Assembleia Municipal de Moura”.-----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto dez da ordem do dia.-

-----10. Proposta de Tomada de Posição sobre a Rede Natura e em Defesa do Desenvolvimento do Concelho. (DOC.10/09)-----

-----No uso da palavra o Senhor Presidente, informou que estavam abertas as inscrições.-----

-----Dado que a atividade agrícola era a atividade económica mais importante do Concelho de Moura e devido atualmente atravessar um conjunto de dificuldades e de questões que se colocavam, o eleito João Ramos mencionou que foi nesse sentido que a CDU decidiu apresentar a proposta de tomada de posição para que a assembleia Municipal pudesse tomar uma posição política de relevância. Continuando, realçou que a atividade agrícola era confrontada com problemas graves, como era o caso da redução do regadio que era uma questão pertinente, bem como a questão do Plano de Gestão da Zona Especial de Conservação (ZEC), questões essas que tinham implicações não só nas empresas agrícolas, mas que também iam muito além da atividade agrícola, enquadrando-se numa perspetiva de desenvolvimento local e rural. Salientou que a concretização do perímetro de rega, conforme estava inicialmente definido, era uma reivindicação importante para o Concelho de Moura, tal como era importante e uma mais-valia de produção no território do Concelho de Moura, o desenvolvimento da produção agrícola na sua diversificação e transformação do poder de criar, nomeadamente, a defesa e a valorização das denominações de Origem Protegida (DOP) ou das Indicações Geográficas Protegidas (IGP) como forma de valorização dos produtos produzidos localmente e ainda a revisão do plano setorial da Rede Natura. No tocante à Rede Natura e tendo em conta que devido a definições efetuadas desde Bruxelas e da União Europeia, existia um conjunto de limitações à



utilização do território no Concelho de Moura, contudo não poderiam ser os cidadãos ou as empresas agrícolas do concelho a pagar aquilo que era uma classificação ambiental definida pela União Europeia que dizia respeito a todos os cidadãos europeus, pelo que entendiam que deveria existir uma componente de valorização financeira para as autarquias locais, nomeadamente para as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, tal como deveria existir uma inscrição de verbas em orçamento de estado para valorização dos territórios. Prosseguindo e conforme estava explanado no documento apresentado, o mesmo proponha que se procedesse a um alargamento do prazo de consulta pública dupla em gestão da ZEC, tendo em conta aquilo que era a contestação tendo em atenção a opinião das entidades regionais. Era ainda proposto que há entrada em vigor do respetivo plano de gestão, fossem alocados os recursos financeiros á implementação das diversas medidas, o que não aconteceu na proposta em discussão, tendo remetido as questões financeiras e de financiamento das limitações que eram colocadas, para momentos posteriores à aprovação do plano. Entendiam que o Plano de Estratégia da Política Agrícola Comum 2023-2027 (PAC) deveria promover as adequadas compensações numa lógica de desenvolvimento rural e de apoio às comunidades; que no âmbito dos Programas Territoriais Integrados houvesse medidas de apoio e medidas regulamentares no que concernia à alteração dos planos; quando a alteração entrasse em vigor todas as medidas regulamentares estivessem definidas em termos de verba. Continuando indicou que se deveria proceder a duas avaliações intercalares, ser constituída uma comissão de acompanhamento a qual reuniria, obrigatoriamente, uma vez por ano com uma composição alargada e representativa dos interesses em causa e, ainda que a ICNF tivesse a responsabilidade de elaborar relatórios semestrais acerca da evolução do plano. Por último, para além de entenderem que as medidas apresentadas eram importantes, também achavam que para que houvesse uma participação ativa quer na elaboração, quer posteriormente no decurso do processo de gestão dos planos de gestão, deveriam ser dados mais instrumentos e criadas condições para a participação das estruturas locais dos interessados, populações, comunidades e empresários agrícolas.



-----No tocante ao documento apresentado pela CDU, o eleito João Diniz disse concordarem com os pressupostos expostos e não viam nenhuma razão para não viabilizarem o mesmo, pelo que o seu sentido de voto seria favorável, contudo realçavam o empenhamento do executivo municipal na defesa do território, dos agricultores e do equilíbrio entre o dinamismo da atividade agrícola e da conservação da natureza. Continuando e de acordo com o comunicado emitido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal em que, após o término do período de consulta pública referente ao Plano de Gestão da Zona Especial de Conservação, o qual poderia ser alargado por mais tempo a fim de serem ouvidos mais autores, era admitida a possibilidade de se recorrer aos tribunais caso não fossem consideradas as recomendações da autarquia, recurso esse com o qual a bancada do Partido socialista concordava. -----

-----O senhor Presidente da Câmara, usou da palavra para mencionar que para que se tivesse um plano de gestão que fosse um convite ao investimento na região, que fosse dinâmico e proporcionasse todas as condições para que os agricultores tivessem a sua atividade dinâmica e o seu projeto de vida profissional, todos os contributos que apresentados eram de maior importância. Prosseguindo e devido à preocupação com as situações que vinham sendo sentidas, pois o concelho era claramente prejudicado naquele âmbito, salientou que no início do mandato transato o executivo elaborou um trabalho denominado de Valorização Económica Natural da Rede Natura 2000, em que juntou vários municípios, nomeadamente Moura, Barrancos, Mourão e Serpa, que embora esta tivesse sido mencionada no documento a mesma não participou no grupo de trabalho, grupo esse do qual fazia também parte a cooperativa, a AJAM (Associação dos Jovens Agricultores de Moura) e outros parceiros. Continuando, mencionou que o grupo de trabalho elaborou o documento que posteriormente foi entregue à tutela e discutido com os grupos parlamentares, tendo-se dado assim início a uma caminhada, caminhada essa que deveria ser efetuada por todos e ter o contributo de toda a gente, para que se conseguisse deter o melhor instrumento possível para o desenvolvimento do concelho, porque conforme as coisas estavam não só eram um prejuízo para o seu desenvolvimento, como poderiam considerar ser quase um crime. Concluiu, indicando que tiveram uma participação ativa



na consulta pública e era importante que existisse uma envolvimento de todos, contudo iriam fazer uso de todos os instrumentos que possuíam e tinham ao seu dispor e estariam preparados para ir para os tribunais em defesa dos interesses dos agricultores do Concelho de Moura. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, felicitou a bancada da CDU por ter produzido um documento muito racional, pelo facto de ir ao encontro das necessidades e anseios do Concelho de Moura, bem como ao encontro do que a autarquia tinha estado a laborar. Continuando, mencionou ter contribuído de modo a alertar e denunciar aspetos bastantes negativos para o concelho, para além de compromissos assumidos pelo Ministro da Agricultura, compromissos esses que corriam o risco de não serem cumpridos. Seguidamente, referiu que o documento produzido de responsabilidade do ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e das Floresta) ficava muito aquém, não só dos anseios do concelho, como também por ter sido um documento elaborado de forma incapaz que prejudicava sobretudo o Concelho de Moura que iria sofrer os impactos do documento. Por último e caso a proposta em apreço fosse aprovada, felicitava a Assembleia Municipal por tal tomada de posição. ---

-----Novamente no uso da palavra, o eleito João Ramos agradeceu as palavras do senhor Presidente da Assembleia, lembrando que o documento em apreciação não era o único documento que a CDU fazia com empenho, dedicação e profundidade na análise de problemas. Saliou ainda que, os eleitos da coligação participaram da discussão pública apresentando propostas e foi no decorrer do atual mandato autárquico que foi notícia o corte da área de rega e de ter sido apresentado a proposta de plano de gestão, proposta essa que era ofensiva para os agricultores e para o território, contudo e dado que a autarquia e o governo eram do mesmo partido político, aguardavam que houvesse outro tipo de trabalho na salvaguarda do interesse do concelho. Para terminar, não só assinalou a posição do Partido Socialista, como também aludiu que se poderia aprovar um documento que serviria de posição também política do órgão deliberativo do Concelho de Moura, esperando assim que a aprovação da referida proposta de tomada de posição pudesse servir como sinal e caso fosse aprovada sugeriu que a Mesa da Assembleia fizesse chegar o documento aos órgãos com interesse no assunto por ser relevante. -----



-----Verificando não haver mais inscrições, o Senhor Presidente informou que passariam à votação.-----

-----Deliberado, por **maioria**, com dezanove votos a favor e cinco abstenções, **aprovar** a proposta de Tomada de Posição sobre a Rede Natura e em Defesa do Desenvolvimento do Concelho de Moura, apresentada pelos membros da CDU – Coligação Democrática Unitária.-----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto onze da ordem do dia.-----

----- **11. Proposta de Tomada de Posição sobre o Plano Estratégico da Água (PENSAARP 2030).** (DOC.11/09) -----

-----No uso da palavra o Senhor Presidente, informou que estavam abertas as inscrições.-----

-----No uso da palavra, o eleito José Pós-de-Mina referiu que devido a questão da água ser um setor importante e uma das prioridades, a CDU resolveu apresentar a proposta em apreciação. Continuando, reforçou que o documento encontrava-se em consulta pública até dia doze de maio e dado que se realizava uma sessão da Assembleia Municipal dentro do prazo estipulado, a coligação achou que deveria apresentar a proposta para que a Assembleia intervisse no processo e emitisse uma tomada de posição na consulta pública do documento. O Plano, embora extenso, caracterizava um pouco o setor das águas e apontava algumas prioridades, prioridades essas que no entender da CDU aquilo que eram as prioridades consideradas no plano, não eram as prioridades que consideravam mais adequadas porque carregava e colocava todas as tintas da política tarifária e das políticas, como instrumento principal para se resolver os problemas do abastecimento de água, caminho esse que não era aquele que deveria ser. Seguidamente, indicou que a proposta apresentada caracterizava um pouco daquilo que era a visão de gestão de água que deveria ser pública, deveria respeitar a autonomia local, deveria impedir a transformação de água num negócio e deveria garantir a acessibilidade económica e física, colocando como prioridade a questão da eficiência hídrica, garantindo a qualidade da água. Em termos resolutivos, proponha-se que a assembleia Municipal se pronunciasse



desfavoravelmente no tocante ao projeto de resolução que se encontrava em consulta pública, que o plano garantisse a sua gestão e acesso a fundos comunitários sem qualquer discriminação ou condições prévias e que no relacionamento entre a entidade gestora e a entidade reguladora, ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) houvesse uma política de cooperação e não de imposição, respeitando aquilo que era a autonomia, no tocante à matéria do plano de gestão e em relação à matéria de tarifário.-----

-----Tal como estava explanado no início do documento em apreço, apresentado pela CDU, e dado que o documento ainda estava em discussão pública, a rececionar contributos e participações que o poderiam alterar, a eleita Maria do Carmo Sampaio comunicou que por considerarem ser prematuro a prenuncia e a análise acerca do documento nos termos que era apresentado, o sentido de voto da bancada do Partido Socialista seria de abstenção. -----

-----Novamente no uso da palavra, o eleito José Pós-de-Mina discordava da exposição expressa pelo Partido Socialista, porque era durante o prazo em que o documento se encontrava em consulta pública, que a Assembleia Municipal se deveria pronunciar e não após a sua aprovação, dado que aquilo que se pretendia era que em sede de consulta pública, e tendo em conta as preocupações que ali eram manifestadas, o plano viesse a acolher as preocupações e fosse alterado conforme aquilo que entendiam que deveria ser a forma de se encarar o respetivo setor. -----

-----Verificando não haver mais inscrições, o Senhor Presidente informou que passariam à votação.-----

-----Deliberado, por **maioria**, com sete votos a favor e dezassete abstenções, **aprovar** a proposta de Tomada de Posição sobre o Plano Estratégico da Água 2030 (PENSAARP 2030 – Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030), apresentada pelos membros da CDU – Coligação Democrática Unitária.-----

-----O Senhor Presidente informou que passariam ao ponto doze da ordem do dia.

-----**12. Proposta de Moção em Defesa da Paz em todo o Mundo. (DOC.12/09)**



-----No uso da palavra o Senhor Presidente, informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----Relativamente ao documento apresentado, a eleita Maria José Silva comunicou que o objetivo da moção apresentada pela bancada da CDU era da Assembleia Municipal se juntar a coligação para que todos juntos lutassem pelo bem da humanidade e aquilo que se proponha era de que os quatro pontos indicados no final do documento fossem votado conforme estava explanado.-----

-----Antes de fazer qualquer consideração sobre o documento, o eleito António Gomes solicitou à CDU que o esclarecesse o que queriam dizer acerca do desarmamento da Europa, referido no ponto três proposto para aprovação.-----

-----Indo de encontro à intervenção do eleito António Gomes, a eleita Maria José Silva explicou que o que estava proposto na moção ao referirem o desarmamento da Europa, era de que olhando para a guerra atual entre Rússia e Ucrânia queriam cessar armas e não se queria a guerra, acrescentando que na sessão da Assembleia anterior já tinha mencionado qual era a posição da coligação em relação à questão do armamento e de se dar mais armas em vez de se lutar por situações de paz, resolvendo conflitos através da paz. Seguidamente, esclareceu considerarem o desarmamento porque numa situação de guerra, ao fomentarem os países dando mais armas, era ajudar a guerra e não a paz, logo nesse sentido é que falavam do desarmamento na Europa. Para terminar, mencionou que era necessário que houvesse um trabalho conjunto para evitar que houvesse armas suficientes para uma guerra, porque o armamento nunca seria uma solução certa e do ponto de vista da CDU a negociação era a solução para a resolução de um conflito. -----

-----O eleito António Gomes agradeceu o esclarecimento efetuado pela eleita Maria José Silva, referindo que apenas quis clarificar e ter a certeza que era aquilo que estavam a defender, porque na última Sessão da Assembleia Municipal, relativamente à moção apresentada pela bancada do Partido Socialista, tinha sido recordado aquilo que era dizia a Constituição da República Portuguesa, mais concretamente o número 2 do artigo 7º que dizia "*Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado...*". Continuando e



de acordo com o que era proposto, desarmamento da Europa, parecia-lhe não estar em consonância com aquilo que a constituição dizia, acrescentando não ser aquele o caminho para resolver qualquer conflito porque ao se desarmar a Europa iria haver quem ficasse reforçado militarmente, no entanto ao desarmar uma parte do mundo e não desarmar a outra parte, não se conseguiria resolver a questão da guerra. No tocante à moção, a mesma era muito generalista e estava em discordância relativamente ao desarmamento da Europa porque não achava correto que depois de todas as intervenções efetuadas a moção apresentada, que era para a paz em todo o mundo, se focasse essencialmente na questão da Ucrânia, embora fizesse sentido devido a ser questão da atualidade, acrescentando que o relevo que se estava a dar à invasão bárbara não era apenas uma questão de mediatização, mas sim por se estar perante uma guerra diferente das outras em que um país invadia outro país, país esse onde existia democracia. Prosseguindo, indicou que a moção que apelava à paz era uma moção muito pacifista e que tratava a questão da Ucrânia como uma confrontação, fazendo referência à Ata de Helsínquia, ata essa que referia a igualdade soberana quando aos direitos inerentes de soberania; abstenção de ameaça ou uso de força; inviolabilidade das fronteiras; integridade territorial dos estados, etc., contudo aquilo que estava a ocorrer era totalmente contra o que estava referenciado na ata. Continuando, mencionou que embora se recomendasse na moção que se respondesse a todos os requisitos, o texto do referido documento resultava num certo branqueamento daquilo que estava a ocorrer no terreno, bem como proponha o desarmamento da Europa, proposta essa que não merecia a concordância por parte do Partido Socialista. Por fim e quanto ao sentido de votação, a bancada do Partido Socialista iria solicitar cinco minutos antes da sua votação, para analisarem e chegarem a uma decisão. -----

-----No uso da palavra e relativamente à moção em discussão, o eleito João Diniz referiu que a mesma tinha surgido devido ao que estava de momento a acontecer na Europa e era a primeira vez que aparecia em sessão de Assembleia uma moção daquele género. Continuando, transmitiu que todos queriam paz no mundo, contudo, de momento aquilo que estava a provocar a guerra na Europa era uma invasão da Rússia à Ucrânia, logo dada a situação e caso a moção referisse uma condenação



clara da Federação Russa pela invasão, a bancada do Partido Socialista estaria disposto a acompanhar a CDU, mas caso contrário teriam que analisar a sua posição de voto. Por fim indicou que não bastava apelar à paz, era sim necessário chamar à atenção daqueles que provocavam a guerra, condenando-os.-----

-----Novamente no uso da palavra, a eleita Maria José Silva clarificou que na Sessão da Assembleia Municipal anterior, foi votada por unanimidade uma condenação à guerra, tendo-se rececionado nos serviços da Assembleia Municipal, no dia da atual sessão, uma carta da Embaixada da Rússia, carta essa que foi do conhecimento de todos os eleitos. Continuando disse, *"a questão é que perante isto e a nossa posição perante a Assembleia sobre a guerra que está a acontecer na Ucrânia, a bancada da CDU, considera que devia trazer isto da visão do que é a resolução destas situações, um apelo à paz na Europa e no mundo e a mesma começa por dizer pelo fim à guerra e apelo à paz. Depois, clarificar que realmente abordando de uma forma geral esta questão, existem outras guerras que nós falámos aqui, mas claro que o ponto três quando falamos aqui do armamento não é no geral, mas sim no ponto que falamos na guerra da Ucrânia, no conflito que se está a viver e aqui é que nós falamos no desarmamento na Europa e no cumprimento realmente dos princípios da carta da ONU (Organização das Nações Unidas) e da Ata Final da Conferência de Helsínquia pelo interesse pela paz e cooperação entre os povos que, independentemente de tudo que possam considerar, que estamos a fazer uma lavagem ou que possamos estar a ser sonhadores, etc., mas nós do nosso ponto de vista, clarificámos a nossa posição na assembleia anterior no apelo, naquilo que foi feito e na discussão que tivemos sobre este conflito"*.-----

-----Sobre a questão do desarmamento geral da humanidade e de tudo aquilo que já tinha sido discutido, o eleito João Ramos indicou não ser uma matéria indiferente à humanidade, no entanto lembrava a o Tratado de não Proliferação das Armas Nucleares subscrito por muitos países do mundo que tentaram entrar em acordo para reduzir as armas nucleares. Continuando, disse que do ponto de vista daquilo que era a humanidade e de se passar para a civilização e não para a barbárie, era tentativa de se tomarem medidas no sentido de desanuviar tensões, reduzindo aquilo que era a carga bélica que existia nos países e nomeadamente a redução de armas porque se



não houver armas, dificilmente haveria guerras e por isso a ideia do desarmamento ou de desarmamento geral não era algo inovador, tal como não era por acaso que os eleitos da CDU apresentavam a moção e que foi referenciada a Constituição da República Portuguesa aprovada na década de 70. Seguidamente, mencionou que daquilo que o eleito António Gomes leu da Constituição da República Portuguesa, contrariava o seu discurso porque a constituição falava no desarmamento controlado dos países na defesa de um desarmamento controlado. No âmbito da moção, aludiu que a mesma tinha sido elaborada no sentido de ser aprovada por acharem que a paz era um bem maior do que as divergências e a luta política que poderia ser efetuada. Arrematou a sua intervenção, propondo que no texto da moção onde era referenciado o desarmamento da Europa, fosse alterado para o desarmamento do mundo a fim de ficar em consonância com aquilo que era o título da referida moção. -----

-----O eleito José Pós-de-Mina sublinhou o esforço que era exemplo daquilo que tinha decorrido na Sessão anterior da Assembleia Municipal e que a CDU estava ali no sentido de apresentar uma proposta de tomadas de posição ou de moção que correspondesse àquilo que era o desejo de todos, que era a paz no mundo. Sobre a questão da condenação, referenciou que a Assembleia já o tinha feito na sua sessão anterior, pelo que entendiam que não necessitavam de estar sempre a reiterar o mesmo assunto. No tocante à questão do conflito, lembrava a situação ocorrida durante a cerimónia dos óscares, em que o Will Smith deu uma chapada na cara de Chris Rock, contudo não se poderia julgar a situação apenas pelo que se assistiu, era necessário analisar o problema e fazer-se o enquadramento do sucedido. Do ponto de vista da análise acerca da questão sobre a guerra da atualidade, indicou que se estava perante uma situação de conflito em que o principal arguido era a Ucrânia desde dois mil e catorze, contudo a guerra era realizada a dois havendo sempre danos de ambos os lados, mas apesar de tudo era necessário encontrar-se meios e formas para que se colocasse fim ao conflito o mais rapidamente possível. Terminou a sua intervenção comunicando que por entenderem que o caminho a tomar era o da paz, é que a coligação apresentou a moção e tendo em consideração o contexto da referida moção e a tomada de posição anterior da Assembleia Municipal, desafiavam o Partido Socialista a votar favoravelmente o documento em apreciação. -----

Ata N.º 09 – Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois



-----De acordo com a intervenção do eleito João Ramos em que referia que a moção embora tivesse sido expurgada de uma quantidade de considerações a fim de permitir que a mesma fosse aprovada em Assembleia Municipal, o eleito João Diniz transmitiu que a mesma falava de tudo menos da Federação Russa, que foi quem motivou a guerra que estava a decorrer na Europa, tendo levado à apresentação da presente moção. -----

-----Sobre a intervenção do eleito José Pós-de-Mina ao ter referido que o arguido era o povo ucraniano desde dois mil e catorze, o eleito António Gomes referiu ser um facto pois desde que a Rússia invadiu a Crimeia e apoiava os separatistas da região de Donbass, contrariava completamente aquilo que era a Ata de Helsínquia e a Carta das Nações Unidas. Prosseguindo, achava injusto os argumentos do Partido Comunista relativamente àquilo que se estava a decorrer, contudo e tal como já tinha referido, por defenderem a democracia e a liberdade não poderiam aceitar que fosse branqueada a invasão da Ucrânia. Relativamente à proposta efetuada pelo eleito João Ramos de alteração ao ponto três da moção, disse que não era o suficiente porque todo o texto não ia de encontro àquilo que achavam ser necessário expor e clarificar, no entanto e embora falasse muito da confrontação da Ucrânia, do ponto de vista do Partido Socialista não contribuía para a paz porque ia na mesma sequência daquilo que se defendia quando se defendia o desarmamento. -----

-----O eleito José Pós-de-Mina comunicou que a moção não escondia a invasão porque a Assembleia Municipal já a tinha condenado. Seguidamente e dado que prezavam a democracia e a liberdade, entendiam que não deveriam branquear ninguém, contudo não deixava de registar a posição do Partido Socialista que considerava que a Ucrânia, por exemplo, era de democracia liberal. Para terminar referiu que a CDU também condenavam a situação que se estava a vivenciar atualmente no mundo. -----

-----O eleito Carlos do Carmo disse que a bancada do Chega já tinha conhecimento do documento, documento esse que era apresentado a nível nacional do Norte ao Sul do país em forma de moção, contudo e porque o documento era manipulado, ideologicamente viciado e tinha um único propósito, o mesmo tinha sido



apresentado com um único objetivo, que era de limpar o nome do PCP, o que iria determinar o sentido de voto da bancada do Chega.-----

-----Novamente no uso da palavra, o eleito João Ramos tornou a referir que relativamente ao posicionamento do Partido Socialista, o mesmo precisava ver a sua história, a sua fundação e a participação que deve. Continuando, aludiu que a atual situação era uma situação complexa e que a moção não andava a circular no país todo, pois tinha sido apresentada na Assembleia Intermunicipal da CIMBAL de teor semelhante e estava de momento a ser apresentada em Assembleia Municipal, contudo, bastava olhar-se para o que se dizia na comunicação social nacional para se perceber a complexidade efetiva da situação.-----

-----O Senhor Presidente interrompeu a sessão para um intervalo de cinco minutos. -- -----

-----Após a interrupção dos trabalhos e verificando não haver mais inscrições, o Senhor Presidente informou que passariam à votação. -----

-----Deliberado, por maioria, com sete votos a favor e dezassete votos contra, **não aprovar** a proposta de Moção em Defesa da Paz em todo o Mundo, apresentada pelos membros da CDU – Coligação Democrática Unitária.-----

-----Em nome da bancada do Partido CH – Chega, o eleito Carlos Carmo, apresentou a seguinte declaração de voto, a qual passou a citar: **(DOC.13/09)**-----

-----**“DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

-----**Assembleia Ordinária de 28 de Abril de 2022 – Ponto n.º 12 da Ordem de Trabalhos**-----

-----*O Partido CHEGA é contra qualquer guerra, invasão ou falta de respeito pela liberdade dos povos e respeito pelas suas fronteiras. Não aceitamos por isso que após uma humilhante declaração inicial do PCP, que não condenava os ataques do invasor russo, venham agora desesperadamente limpar a face. Esta moção que apela à paz, tem uma carga ideológica que envergonha qualquer um. Consideram e culpam os invadidos, de serem os invasores bem como a NATO da barbárie que acontece em solo ucraniano, apelidando-se a eles próprios de libertadores.*-----

-----*Vergonha do PCP e por isso mesmo votamos contra!*-----

-----*Moura, 28/04/2022*-----



-----Pela Bancada do CHEGA”.-----
-----Em nome da bancada do PS - Partido Socialista, o eleito João Diniz, apresentou a seguinte declaração de voto, a qual passou a citar: (DOC.14/09)-----

-----“DECLARAÇÃO DE VOTO -----

-----Os membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista votaram contra a moção “Apelo à PAZ no Mundo”, apresentada pela CDU, por se verificar que a mesma não faz qualquer condenação, nem de forma explícita, nem implícita, à invasão e ato de guerra levado a cabo pela Federação Russa em território ucraniano, contrariamente a toda a jurisdição internacional. -----

-----Foi, aliás, esta intervenção militar que levou à apresentação da Moção em apreço, estamos convictos. -----

-----Consideramos que não basta apelar à paz, é preciso chamar à razão todos os que promovem a guerra e desencadeiam ações criminosas que provocam a morte de crianças, idosos e mulheres indefesas e a destruição de cidades e modo de vida das populações. -----

-----Moura, 28 de abril de 2022 -----

-----Pela Bancada do Partido Socialista”. -----

-----APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto nos números três e quatro, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de doze de setembro, foi elaborada a minuta do texto das deliberações tomadas (DOC.15/09), que depois de lida, submetida à votação e **aprovada por unanimidade**, foi assinada, pelo Presidente José Domingos Negreiros Velez e pela Segunda Secretária, Marisa Isabel Rodrigues Moita Ferreira. -----

-----ENCERRAMENTO DA SESSÃO -----

-----Eram vinte e três horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e dois, quando o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão da qual se lavra a presente ata, que para constar e para os devidos efeitos foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

por mim, Carina Patrícia Ceriaco Quintas, funcionária nomeada para o efeito, redigida, sob responsabilidade da Segunda Secretária e que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e pela Senhora Segunda Secretária. -----

----- O Presidente,  -----

----- A Segunda Secretária,  -----

